

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de sonorização, gravação, transcrição datilográfica e filmagem na Sede da CVM no Rio de Janeiro e nas Superintendências Regionais em São Paulo e Brasília.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Superintendência Administrativo-Financeira (SAD)  
Gerência de Compras e de Serviços Gerais (GAG)  
Coordenação de Controle de Processos Administrativos (CCP)

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO ANUAL POR ITEM.

**HORÁRIO:** (de Brasília)

- Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até as 11h00min do dia 16/02/2009.
- Abertura da sessão: a partir das 11h00min do dia 16/02/2009.

**LOCAL:** <http://www.comprasnet.gov.br>

**REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei 10.520, de 17/07/02; Instrução Normativa nº 05 do MARE, de 21.07.95, e suas alterações posteriores; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Decreto nº 5.450 de 31.05.2005; Decreto nº 3555, de 08/08/2000; Decreto nº 6.204/07, de 05.09.07, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores (subsidiariamente); Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

### EDITAL

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria CVM/PTE/Nº 160, de 12/12/2008**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico nº 02/2009**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, disposto a seguir:

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo para apresentação de proposta e planilha de formação de preços;
- c) ANEXO III - Declaração consoante o inciso XXXIII, art.7º da Constituição Federal/1988 e o inciso XVIII do art 78 da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) ANEXO IV - Termo de Vistoria;
- e) ANEXO V - Termo de Referência;

## 1. DO OBJETO

- 1.1- A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada nos serviços abaixo discriminados, para atender aos julgamentos dos inquéritos pelo colegiado e outros eventos de interesse da Administração, tais como palestras e seminários, realizados nas dependências da CVM.

**Item 1:** - Estimativa: 50 (cinquenta) eventos anuais;

- Sonorização (por dia);
- Gravação de som (por dia);
- Transcrição Datilográfica (por hora de gravação).

**Item 2:** - Estimativa: 10 (dez) eventos anuais;

- Gravação de vídeo (imagem e som), com edição básica de dados do evento, tipo: nome do evento, data/hora, principais participantes (por dia);

**\* OBS: Por dia entende-se até 8 horas de evento(s) em uma mesma data.**

- 1.2- De um modo geral, os serviços serão prestados nas sessões de julgamento da CVM, podendo também ser utilizados em palestras e eventos, conforme interesse da Administração. Em via de regra, a prestação de serviço é restrita à sede da CVM no Rio de Janeiro, mas em caráter eventual e excepcional pode ser solicitada para as Superintendências das cidades de São Paulo e Brasília. Seguem os endereços em que os serviços serão prestados:

### **Rio de Janeiro**

Rua Sete de Setembro, 111 / 31º Andar  
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ

### **São Paulo**

Rua Cincinato Braga, 340 / 2º, 3º e 4º Andares  
Edifício Delta Plaza – São Paulo/SP

### **Brasília**

SCN Quadra 02 – Bloco A – 4º Andar – Módulo 404  
Edifício Corporate Financial Center – Brasília/DF

- 1.3- Como pode ser depreendido do item 1.2, a proposta da licitante deverá abranger a prestação de serviços nas 3 localidades citadas.

## 2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1- Para a execução do objeto tratado no item 1.1 acima, requer-se, no mínimo, as seguintes condições:

- 2.1.1- O sistema de som deverá ter, no mínimo, os seguintes componentes:

- Amplificador com potência mínima de 100 (cem) Watts;
- Um MIXER com entrada para, no mínimo, 8 (oito) microfones;
- Um pré-amplificador;
- Número mínimo de 8 (oito) microfones de mesa – a média deverá ser de, no máximo, 1 (um) microfone para cada 3 (três) pessoas. No caso de haver público, deverão existir microfones móveis para a platéia, de acordo com as necessidades da CVM, não se precisando respeitar o número de 01 (um) microfone para cada 3 (três) pessoas;
- 4 (quatro) microfones sem fio, de excelente performance para utilização de platéia em espaço tipo auditório;
- 3 (três) microfones de lapela, de excelente captação e emissão de som;
- base para microfones de mesa e parlatório, tripé para microfone sem fio ou volante;
- 3 (três) caixas acústicas de até 100 (cem) Watts de potência;
- Fios e cabos de instalação;
- Outros materiais necessários à realização do serviço.

2.1.1.1- É necessária a presença de um técnico durante o evento para operar o equipamento e fazer reparos que se fizerem necessários durante o mesmo.

2.1.1.2- Todo o equipamento deverá ser acompanhado pela sua reserva.

2.1.1.3- A instalação e o teste do equipamento deverão ser feitos no último dia útil que antecede cada evento, quando o local estará pronto e à disposição da Contratada, dentro do horário comercial, isto é, das 9h00min às 18h00min.

2.1.1.4- O equipamento de som poderá ser instalado no auditório da CVM ou em qualquer outro local a Sede da CVM, de acordo com as necessidades da CVM.

2.1.1.5- A gravação de som deverá ser feita com equipamento que garanta ótima qualidade de áudio e disponibilizada em mídia digital (CD ou DVD, de acordo com a necessidade da CVM), compatível com a utilização em computadores, aparelhos de som e/ou leitores de CD/DVD comuns;

2.1.1.6- A gravação da imagem deverá ser feita com equipamento que garanta muito boa qualidade de imagem e som e em linguagem que seja compatível com a maior parte dos computadores, DVD'S e similares;

2.1.1.7- A gravação deverá ser feita, utilizando-se de tecnologia digital, de forma a não se perder nenhum trecho da gravação;

2.1.1.8- Os equipamentos deverão ser previamente testados e poderão ser instalados no Auditório da CVM ou em qualquer outro local da sede da CVM ou em suas regionais, de acordo com as necessidades da CVM.

Obs.: Não se faz necessária a permanência do equipamento nas dependências da CVM nos dias em que não houver eventos.

2.1.2- Para gravação, faz-se necessária a utilização de 3 (três) gravadores, a fim de não se perder trechos da gravação e se ter, ao mesmo tempo, uma fita reserva.

2.1.2.1- As gravações realizadas durante os eventos deverão ser entregues à CVM, juntamente com a transcrição datilográfica.

2.1.3- A transcrição deverá ser digitada em editor de texto compatível com Microsoft Word 2000 ou qualquer outro editor de texto que possa ser convertido para Microsoft Word 2000, sem perdas de configurações. Deverá ser entregue à CVM a transcrição impressa, bem como a mídia com o arquivo do texto.

2.1.3.1- O prazo de entrega da transcrição deverá ser de, no máximo, de 4 (quatro) dias úteis para cada gravação, considerando um máximo de 8 (oito) horas de gravação por dia.

2.1.4- A contratada será a responsável pela montagem, manuseio e desmontagem de seus equipamentos.

2.2 - Para a definição do valor ofertado, deverá ser efetuado o seguinte cálculo:

**Item 1:** - Estimativa: 50 (cinquenta) eventos anuais;

**A** - Valor da sonorização **POR DIA;**

**B** - Valor da gravação de áudio **POR DIA;**

**C** - Valor da transcrição datilográfica (degravação) **POR HORA DE GRAVAÇÃO;**

Valor da proposta: **(A + B + C) x 50**

**Item 2:** - Estimativa: 10 (dez) eventos anuais;

**D** - Valor da gravação de vídeo digital (filmagem) **POR DIA;**

Valor da proposta: **D x 10**

**\* OBS: Por dia entende-se até 8 horas de evento(s) em uma mesma data.**

### **3. DA PARTICIPAÇÃO**

3.1- Poderão participar do certame as pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado; devidamente identificadas pela sua chave de identificação e da senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.

3.2- Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).

3.3- Estarão impedidas de participar da presente licitação:

a - Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que estejam em gozo de benefício da concordata ou que tenham requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;

- b - Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
  - c - Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
  - d - Empresa constituída em forma de consórcio;
  - e - Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
  - f - Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar;
- 3.4- O C.N.P.J. apresentado pela licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a receber a Nota de Empenho e da assinatura do Contrato, a emitir a Nota Fiscal/Fatura correspondentes à aquisição e/ou aos serviços, bem como alvo da liquidação da despesa.
- 3.5- A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, **inclusive aqueles necessários à sua Habilitação Parcial**, durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos (art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 3.6- Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico, em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

#### 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 4.1- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 4.2- O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado, com habilitação parcial, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 4.3- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).
- 4.4- O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora

da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1- A licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>, com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);
- 5.2- O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 5.3- Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 5.4- A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 5º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5- Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso V, Decreto nº 5.450).
- 5.6- A licitante vencedora deverá apresentar, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, no prazo determinado pelo pregoeiro, sua proposta de preços por escrito, na forma do ANEXO II. Suas folhas devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:
  - 5.6.1- Nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa e a inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal, substituível pelo papel timbrado, com estas informações;
  - 5.6.2- Planilha de Formação de Preços, devidamente preenchida, contendo os preços mensais dos serviços detalhando todos os elementos que influenciem no seu custo total, conforme planilhas modelo contidas no **Anexo III** deste Edital;
  - 5.6.3- Os preços mensais dos serviços deverão consignar, obrigatoriamente, detalhamento dos elementos que formam o seu preço final, valor unitário e total, obrigatoriamente na forma do estabelecido no **Anexo III**, destacando-se os adicionais legais e cabíveis. Os encargos sociais e trabalhistas deverão ser

especificados com seus respectivos percentuais e valor total, conforme o anexo fornecido.

- 5.6.4- O valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- 5.6.5- Conter o prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
- 5.6.6- Conter o nome do banco com o qual a licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;
- 5.6.7- Conter o **último preço oferecido** relativo ao objeto licitado, incluindo todas as despesas legais ou adicionais, previstas neste Edital e seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- 5.7- Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto. Não serão consideradas propostas com alternativas, as licitantes devem se limitar às especificações deste Edital.
- 5.8- Os valores estimados para a contratação constam do Termo de Referência (**ANEXO V**).
- 5.9- Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM; entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso;
- 5.10- A simples participação neste certame implica:
  - 5.10.1- A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Eletrônico;
  - 5.10.2- A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, exceto os tributos vigentes, os quais poderão ser informados separadamente;
  - 5.10.3- Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.
- 5.11- Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

- 5.12- Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br).

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1- A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2- O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3- Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR ANUAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 6.4- No que se refere aos lances, as licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5- As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6- As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.8- Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10- Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).



- 6.11- A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12- O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13- Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida proposta melhor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

## 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1- Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2- Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.3- Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO ANUAL POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4- Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5- A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## 8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1- Sendo aceitável a proposta de menor preço anual por item, a respectiva licitante deverá comprovar, desde logo, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação

através do **Fax (21) 3554-8475**, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8.2- As licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

- I- Possuir registro **cadastral atualizado e habilitado parcialmente** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do **Fax (21) 3554-8475**, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.
- II- Apresentar declaração de que a licitante cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil, conforme modelo (**ANEXO III**) fornecido pela CVM (art. 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05). Tal declaração poderá ser enviada através do **Fax (21) 3554-8475** com posterior envio do original ou cópia autenticada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- III- Original ou cópia autenticada de 01 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante prestou ou está prestando, sem qualquer restrição, serviços de natureza semelhante aos ora licitados, (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). O atestado poderá ser enviado através do **fax nº (21) 3554-8475**, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- IV- Original ou cópia autenticada de Termo de Vistoria devidamente preenchido e com assinatura de servidor da CVM lotado na Sede da CVM no Rio de Janeiro, comprovando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações a serem assumidas (**ANEXO IV**). O Termo poderá ser enviado através do fax nº (21) 3554-8475, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- V- Apresentação de Proposta de Preços e Planilha de Custos e Formação de Preço, **Anexo II** deste Edital. Os itens integrantes da Planilha de Custos a ser elaborada pelas licitantes não são critérios de adjudicação do certame. Apenas integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto a sua formação, servindo de base para possíveis repactuações de valores. Tais documentos poderão ser enviados através do Fax (21) 3233-8475 com posterior envio do original no prazo de 48(quarenta e oito) horas.

- VI- Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados capítulo, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.
- 8.3- Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a licitante, será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).
- 8.4- A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

**Observação: A visita ao local de execução dos serviços poderá ser efetuada de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 09h00min e 12h00min, até o dia útil anterior à data da realização do pregão, devendo ser agendada com a servidora Nilza Pinto Nogueira, através do telefone (21) 3554-8274, no Rio de Janeiro.**

## **9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 9.1- Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no endereço [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05). A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.
- 9.2- Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05). A impugnação deverá ser encaminhada via Internet para os endereços [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br). A data fixada para a abertura do pregão não pode ser incluída como termo final do prazo citado, devendo este encerrar-se necessariamente no dia útil anterior ao pregão.
- 9.3- Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4- Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

## **10. DO RECURSO**

- 10.1- A manifestação de interpor recurso, por item, será feita após a declaração do vencedor, durante a sessão pública, exclusivamente pelo sistema.
- 10.1.1- As razões recursais deverão ser feitas, exclusivamente pelo sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).

- 10.1.2- A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.2- As demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.1.A acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo da recorrente (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.3- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 10.4- Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.5- É assegurada às licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais.
- 10.6- Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contrarrazões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por fax.

## 11. DO PAGAMENTO

- 11.1- O pagamento será efetuado após a realização de cada evento, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.
- 11.2- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 11.3- A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 11.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 11.4- O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95. Será verificada a regularidade de sua Habilitação Parcial no SICAF.
- 11.5- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM = I \times N \times VP}$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

- 11.6- Os encargos previstos no item 11.5 não incidirão sobre os valores devidos pela CVM, caso o atraso no pagamento ocorra em virtude de caso fortuito ou força maior, ou nos casos caracterizados como “Fato do Príncipe” (ação superior do Estado, unilateral e imprevista, que impossibilita o cumprimento, ao menos temporário, de um ou de todos os deveres contratuais).

## **12. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1- As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa 339039 - Programa de Trabalho 04.125.0778.2203.0001.

## **13. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

- 13.1- Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação (artigo 37 da I.N. MPOG nº 02/08).
- 13.2- A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (artigo 40 da I.N. MPOG nº 02/08).

## **14. DO CONTRATO**

- 14.1- Independente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:

- a) A proposta da licitante vencedora e seus respectivos anexos;
- b) O presente Edital e seus anexos;
- c) A Nota de Empenho que poderá ser incluída no contrato por apostilamento.

- 14.2- A ADJUDICATÁRIA deverá assinar o contrato em 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).

- 14.3- Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 14.4- Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 27, § 3º do Decreto nº 5450/05).
- 14.5- Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais (art.28, caput, do Decreto nº 5450/05).
- 14.6- Conforme **ANEXO II**, será firmado contrato com a licitante vencedora.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1- A CONTRATADA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Coordenação de Controle de Processos Administrativos da CVM (CCP);
- e) manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).

- f) realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
- h) assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- i) os profissionais designados para a prestação dos serviços terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a Contratada, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- j) observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- k) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- l) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- m) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
- n) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

- 16.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas do Contrato.

## **17. DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1- A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo titular da Coordenação de Controle de Processos Administrativos da CVM (CCP), doravante designado FISCAL, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em

caso de afastamento do FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD), à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

- 17.2- O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 17.3- A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

## **18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 18.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **19. DAS PENALIDADES**

- 19.1- Na hipótese da licitante vencedora desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93).
- 19.2- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
- a) Advertência;
  - b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.
- 19.3- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.4- O não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 19.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).



- 19.5- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).
- 19.6- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.
- 19.7- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inc. XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 19.8- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato (art. 14, § único do Decreto nº 3.555/00).

## **20. DA RESCISÃO**

- 20.1- A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 20.1.1- A rescisão do Contrato poderá ser:
- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
  - II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
  - III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 20.2- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

## **21. DO DIREITO DE PETIÇÃO**

- 21.1- Dos atos da Administração cabem:
- I. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, nos casos de:

- a. anulação ou revogação da licitação;
  - b. rescisão do Contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.
  - c. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;
- II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- 21.2- A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "b" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.3- A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.4- Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, **na Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 28º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, devendo ser dirigidos à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.5- Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.6- Interposto o recurso por uma das licitantes, o fato será comunicado às demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

## 22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1- A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 22.2- A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 22.3- O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (art. 29 do Decreto nº 5450/05).

- 22.4- Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 29 § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 22.5- No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.6- O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.7- É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.8- Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 22.9- A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 22.10- Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.11- Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 22.12- Para dirimir as questões decorrentes do Contrato resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).
- 22.13- Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 2009.

Márcio de Barros Maia  
GERENTE DE COMPRAS E DE SERVIÇOS GERAIS

## ANEXO I

PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009

CONTRATO Nº /09

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, GRAVAÇÃO, TRANSCRIÇÃO DATILOGRÁFICA E FILMAGEM QUE ENTRE SI FAZEM A CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E**  
.....

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro (CEP: 20.159-900), inscrita no CNPJ sob o nº 29.507.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 118, de 15 de dezembro de 1992, pelo Superintendente Administrativo-Financeiro, Sr. Hamilton Leal Braz, doravante denominada **CVM**, e ....., estabelecida à ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ....., têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MARE e MPOG nºs 05/95 e 02/08, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a) Processo de Compras nº RJ-2009-525 – Edital de Pregão nº 02/2009 e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, emitida em .....
- a) Nota de Empenho – 2009NE.....

## **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

- 1.1- A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada nos serviços abaixo discriminados, para atender aos julgamentos dos inquéritos pelo colegiado e outros eventos de interesse da Administração, tais como palestras e seminários, realizados nas dependências da CVM.

**Item 1:** - Estimativa: 50 (cinquenta) eventos anuais;

- Sonorização (por dia);
- Gravação de som (por dia);
- Transcrição Datilográfica (por hora de gravação).

**Item 2:** - Estimativa: 10 (dez) eventos anuais;

- Gravação de vídeo (imagem e som), com edição básica de dados do evento, tipo: nome do evento, data/hora, principais participantes (por dia);

**\* OBS: Por dia entende-se até 8 horas de evento(s) em uma mesma data.**

- 1.2- De um modo geral, os serviços são prestados nas sessões de julgamento da CVM, podendo também ser utilizados em palestras e eventos, conforme interesse da Administração. Em via de regra, a prestação de serviço é restrita à sede da CVM no Rio de Janeiro, mas em caráter eventual e excepcional pode ser solicitada para as Superintendências das cidades de São Paulo e Brasília. Seguem os endereços em que os serviços serão prestados:

### **Rio de Janeiro**

Rua Sete de Setembro, 111 / 31º Andar  
Edifício Cidade do Carmo – Centro – Rio de Janeiro/RJ

### **São Paulo**

Rua Cincinato Braga, 340 / 2º, 3º e 4º Andares  
Edifício Delta Plaza – São Paulo/SP

### **Brasília**

SCN Quadra 02 – Bloco A – 4º Andar – Módulo 404  
Edifício Corporate Financial Center – Brasília/DF

- 1.3- Como pode ser depreendido do item 1.2, a proposta da licitante deverá abranger a prestação de serviços nas 3 localidades citadas.

## **Cláusula Segunda - DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1- Para a execução do objeto tratado no item 1.1 acima, requer-se, no mínimo, as seguintes condições:

- 2.1.1- O sistema de som deverá ter, no mínimo, os seguintes componentes:

- Amplificador com potência mínima de 100 (cem) Watts;
- Um MIXER com entrada para, no mínimo, 8 (oito) microfones;
- Um pré-amplificador;
- Número mínimo de 8 (oito) microfones de mesa – a média deverá ser de, no máximo, 1 (um) microfone para cada 3 (três) pessoas. No caso de haver público, deverão existir microfones móveis para a platéia, de acordo com as necessidades da CVM, não se precisando respeitar o número de 01 (um) microfone para cada 3 (três) pessoas;
- 4 (quatro) microfones sem fio, de excelente performance para utilização de platéia em espaço tipo auditório;
- 3 (três) microfones de lapela, de excelente captação e emissão de som;
- base para microfones de mesa e parlatório, tripé para microfone sem fio ou volante;
- 3 (três) caixas acústicas de até 100 (cem) Watts de potência;
- Fios e cabos de instalação;
- Outros materiais necessários à realização do serviço.

2.1.1.1- É necessária a presença de um técnico durante o evento para operar o equipamento e fazer reparos que se fizerem necessários durante o mesmo.

2.1.1.2- Todo o equipamento deverá ser acompanhado pela sua reserva.

2.1.1.3- A instalação e o teste do equipamento deverão ser feitos no último dia útil que antecede cada evento, quando o local estará pronto e à disposição da Contratada, dentro do horário comercial, isto é, das 9h00min. às 18h00min.

2.1.1.4- O equipamento de som poderá ser instalado no auditório da CVM ou em qualquer outro local a Sede da CVM, de acordo com as necessidades da CVM.

2.1.1.5- A gravação de som deverá ser feita com equipamento que garanta ótima qualidade de áudio e disponibilizada em mídia digital (CD ou DVD, de acordo com a necessidade da CVM), compatível com a utilização em computadores, aparelhos de som e/ou leitores de CD/DVD comuns;

2.1.1.6- A gravação da imagem deverá ser feita com equipamento que garanta muito boa qualidade de imagem e som e em linguagem que seja compatível com a maior parte dos computadores, DVD'S e similares;

2.1.1.7- A gravação deverá ser feita, utilizando-se de tecnologia digital, de forma a não se perder nenhum trecho da gravação;

2.1.1.8- Os equipamentos deverão ser previamente testados e poderão ser instalados no Auditório da CVM ou em qualquer outro local da sede da CVM ou em suas regionais, de acordo com as necessidades da CVM.

Obs.: Não se faz necessária a permanência do equipamento nas dependências da CVM nos dias em que não houver eventos.

2.1.2- Para gravação, faz-se necessária a utilização de 3 (três) gravadores, a fim de não se perder trechos da gravação e se ter, ao mesmo tempo, uma fita reserva.

2.1.2.1- As gravações realizadas durante os eventos deverão ser entregues à CVM, juntamente com a transcrição datilográfica.

2.1.3- A transcrição deverá ser digitada em editor de texto compatível com Microsoft Word 2000 ou qualquer outro editor de texto que possa ser convertido para Microsoft Word 2000, sem perdas de configurações. Deverá ser entregue à CVM a transcrição impressa, bem como a mídia com o arquivo do texto.

2.1.3.1- O prazo de entrega da transcrição deverá ser de, no máximo, de 4 (quatro) dias úteis para cada gravação, considerando um máximo de 8 (oito) horas de gravação por dia.

2.1.4- A contratada será a responsável pela montagem, manuseio e desmontagem de seus equipamentos.

2.2 - Para a definição do valor ofertado, deverá ser efetuado o seguinte cálculo:

**Item 1:** - Estimativa: 50 (cinquenta) eventos anuais;

**A** - Valor da sonorização **POR DIA;**

**B** - Valor da gravação de áudio **POR DIA;**

**C** - Valor da transcrição datilográfica (degravação) **POR HORA DE GRAVAÇÃO;**

Valor da proposta: **(A + B + C) x 50**

**Item 2:** - Estimativa: 10 (dez) eventos anuais;

**D** - Valor da gravação de vídeo digital (filmagem) **POR DIA;**

Valor da proposta: **D x 10**

\* **OBS: Por dia entende-se até 8 horas de evento(s) em uma mesma data.**

### **Cláusula Terceira - DO PREÇO**

3.1 - A CVM pagará à contratada o valor de R\$ ..... (.....) por dia de sonorização, R\$.....(.....) por dia de gravação de som, R\$.....(.....) por dia de gravação de imagem (filmagem) e R\$.....(.....) por hora de gravação para transcrição datilográfica nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

### **Cláusula Quarta – DO PAGAMENTO E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1- O pagamento será efetuado após a realização de cada evento, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Contrato.

- 4.2 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada a multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 4.3 - A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 4.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da fatura devidamente regularizada.
- 4.4 - O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do subitem 8.8 da I.N. MARE Nº 05/95. Será verificada a regularidade da Habilitação Parcial no SICAF.
- 4.5- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{EM = I \times N \times VP}$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

- 4.6 - Os encargos previstos no item 4.5 não incidirão sobre os valores devidos pela CVM, caso o atraso no pagamento ocorra em virtude de caso fortuito ou força maior ou nos casos caracterizados como “Fato do Príncipe” (ação superior do Estado, unilateral e imprevista, que impossibilita o cumprimento, ao menos temporário, de um ou de todos os deveres contratuais).

#### **Cláusula Quinta - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1- As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa xxxxxx – Programa de Trabalho xx.xxx.xxxx.xxxx.xxxx, Nota de Empenho nº 2009NEXXXXXX.

#### **Cláusula Sexta - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1- A CONTRATADA se obriga a, além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93:
- a) não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;



- b) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Compras e de Serviços Gerais da CVM (GAG);
- e) manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93).
- f) realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão;
- i) assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- k) implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- o) observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- p) responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- q) arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- r) assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;

- s) indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;

### **Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

- 7.1- A CVM se obriga a proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Contrato.

### **Cláusula Oitava - DA FISCALIZAÇÃO**

- 8.1 - A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo titular da Coordenação de Controle de Processos Administrativos da CVM (CCP), doravante designado FISCAL, sendo seu substituto eventual designado FISCAL SUBSTITUTO, em caso de afastamento do FISCAL, devidamente credenciados pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD), à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência à CVM, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.
- 8.2 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 8.3 - A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

### **Cláusula Nona - DA VIGÊNCIA E DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

- 9.1- O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 9.2 - Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação (artigo 37 da I.N. MPOG nº 02/08).
- 9.3 - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de custos e formação de preços apresentada pela CONTRATADA quando da licitação (artigo 40 da I.N. MPOG nº 02/08).

### **Cláusula Décima - DAS PENALIDADES**

10.1- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.1.1- As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.2 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à Contratada, independentemente das sanções previstas no item 10.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

10.2.1- A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86,§1º da Lei nº 8.666/93).

10.3- Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

### **Cláusula Décima primeira – DA RESCISÃO**

11.1- A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2- A rescisão do Contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

## **Cláusula Décima segunda - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

12.1 - É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) ceder ou transferir a terceiros o Contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
- c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM;
- d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.

12.2 - A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CVM, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

12.3- Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).

12.4- Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Compras e de Serviços Gerais, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da CVM.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2009.

Hamilton Leal Braz  
Superintendente Administrativo-Financeiro

Pela Contratada

## ANEXO II

### PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009

#### MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Rio de Janeiro,.....de.....de 2009

À  
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 02/2009**, cujo objeto é a contratação da pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de sonorização, gravação de som, transcrição datilográfica e filmagem na sede da CVM no Rio de Janeiro e nas Superintendências Regionais em São Paulo e Brasília.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO nº 02/2009**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

#### CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ



---

#### Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

## PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

**OBS:** Apresentar planilha de custos e formação de preços para prestação de serviços de sonorização, gravação de som, transcrição datilográfica e filmagem.

### PLANILHA DE CUSTOS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nota: essa planilha deverá ser adaptada às características do serviço contratado, no que couber.

Nº Processo	
Licitação	

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas. Discriminação dos serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta
B	UF
C	Ano acordo, convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo.
D	Tipo de serviço
E	Unidade medida
F	Quantidade (total) a contratar (em função da unidade de medida)
G	Nº de meses de execução contratual

Mão-de-obra

Módulo de mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dimensionamento da mão-de-obra empregada

1	Quantidade de funcionários necessários para a execução dos serviços
---	---

Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra

2	Salário mínimo para cálculo de insalubridade (quando couber)
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
4	Data base da categoria

Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.

I	Remuneração		valor (R\$)
A	Salário		
B	Hora Extra		
C	Adicional Noturno		
D	Adicional Periculosidade	%	
E	Adicional Insalubridade		
F	outros (especificar)		
	Total de remuneração		

II	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	Valor (R\$)
	Total de Encargos Sociais e trabalhistas	%	

Nota: Percentual aplicado sobre o valor total da remuneração. O detalhamento consta no Quadro de Encargos Sociais e Trabalhistas (Anexo IV-C), e a identificação dos percentuais é feita a partir da Metodologia para Apuração de Encargos Sociais e Trabalhistas.

III	Insumos de mão-de-obra		Valor (R\$)
A	Transporte	(*)	
B	Auxílio Alimentação (Vales, cesta básica etc.	(*)	
C	Uniformes/ equipamentos	(*)	
D	Assistência médica		
E	Seguro de vida		
F	Treinamento/ Capacitação/ Reciclagem		
G	Auxílio Funeral		
H	Outros (especificar)		
	Total de Insumos de mão-de-obra		

Nota (\*): o valor a ser informado deverá considerar o valor descontado do empregado conf. legislação

#### Quadro Resumo da Remuneração da Mão-de-obra

	Mão-de-obra vinculada à execução contatual (valor por empregado)		Valor unit. (R\$)
I	Remuneração		
A	Encargos Sociais	%	
B	Insumos de M.O		

D	Subtotal Mão-de-obra Principal		
E	Reserva técnica	%	
	Total de mão-de-obra		

Nota: o valor da reserva técnica é obtido multiplicando-se o percentual sobre o subtotal da mão-de-obra principal.

II	Valor mensal da Mão-de-obra para prestação de serviços com menor nº de dias de execução contratual na semana (quando for o caso)	
Variáveis:		Resultado da fórmula:
A	S = NÚMERO DE SEMANAS POR MÊS =(dias no ano ÷ meses no ano)÷dias na semana	4,345
	S =(dias no ano ÷ meses anos) dias na semana	
B	NT = NÚMERO DE DIAS DE TRABALHO DO EMPREGADO POR SEMANA	=
C	DM = DIAS DE TRABALHO /MÊS ( jornada de trabalho mensal do empregado)	
	DM = NT X S	
D	VD = VALOR/ DIA DE TRABALHO VD = Valor total dea mão-de-obra DM	(R\$)
E	N = NÚMERO DE DIAS POR SEMANA para execução dos serviços	
	Total Mão-de-obra c/menor nº de dias na semana (quando for o caso) VM = VD X N X S	R\$

Quadro Resumo - Valor Mensal da Mão-de-obra



III	Valor Mensal Total ref. Mão-de-obra vinculada à execução contratual	(R\$)
	Quantidade de empregados necessários para a execução dos serviços	
	Valor total de Mão-de-obra vinculada à execução contratual = F x 1 (quando jornada de execução do serviço é igual a jornada de trabalho) ou G x 1 (quando jornada de execução do serviço é menor que a jornada de trabalho)	

Demais custos

Módulo: Insumos Diversos

	Insumos Diversos	Valor
A*	Custos fixos (ref. disponibilização de Maq./Equip /utensílios entre outros)	
	- Disponibilização (bens/equipamentos)	
	- outros (especificar)	
	Subtotal A	
B**	Custos variáveis (itens calculados c/ base na estimativa total mensal)	
	- materiais	
	- outros (especificar)	
	Subtotal B	
	Total de Insumos diversos (subtotal A+B)	

Nota 1:

Os valores para preenchimento em Insumos diversos serão definidos em função da estimativa total definida para contratação (total/ mês, hora, etc.).

Nota 2:

\* Detalhar os custos de A. Exemplos: Disponibilização ou depreciação (bem/ equipamento); legais (Licenciamento, emplacamento, IPVA, seg. obrig.; Seguro (discriminar); outros \*\* Detalhar os Custos de B. Exemplo: Peças, acessórios, materiais de manut.;

Material (combustível /toner/ papel);  
outros

Módulo: Demais componentes

	Demais componentes	%	Valor
A	Despesas operacionais / administrativas		
B	Lucro		
	Total de demais componentes		

Nota: O valor referente a despesas operacional/ administrativas é obtido aplicando-se o percentual sobre todos os itens calculados anteriormente: mão-de-obra + Insumos diversos.

Nota: O valor referente a Lucro é obtido aplicando-se o percentual sobre todos os itens calculados anteriormente: mão-de-obra + Insumos diversos + despesas operacionais /administrativas.

Módulo: Tributos

	Tributos	%	Valor
A	Tributos Federais (especificar)		
B	Tributos Estaduais/ Municipais (especificar)		
C	Outros tributos (especificar)		
	Total de Tributos		

Nota: O valor referente a Tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Resumo - Valor mensal do serviço

	Valor Mensal total ref. Mão-de-obra vinculada á execução contratual	
	Unid/ elementos	Valor
A	MÃO-DE-OBRA (VINCULADA À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)	

B	INSUMOS DIVERSOS (MAT/MAQ./EQUIP.)	
C	DEMAIS COMPONENTES	
D	TRIBUTOS	
E	VALOR MENSAL DO SERVIÇO	
F	VALOR POR UNIDADE DE MEDIDA (vmp / produtividade)	
G	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (valor mensal serv. X nº meses de exec. Contratual)	

#### QUADRO COM DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

GRUPO A - OBRIGAÇÕES SOCIAIS	%
A1 - Previdência Social	
A2 - F.G.T.S e Contribuição Social	
A3 - Salário Educação	
A4 - SESI / SESC	
A5 - SENAI / SENAC	
A6 - INCRA	
A7 - Seguro acidente de trabalho (baixo, médio ou alto)	
A8 - SEBRAE	
Total do GRUPO A	
GRUPO B - Tempo não trabalhado IIA +IIB (férias + aus.)	
B1- Férias	
B2- Auxílio Enfermidade	
B3 - Licença - Paternidade	
B4 - Falta Legais	
B5 - Acidente de trabalho	
B6 - Aviso Prévio trabalhado	
Total GRUPO B	
GRUPO C - gratificações	
C1 - Adicional 1/3 férias	
C2 - 13º Salário	
Total GRUPO C	
GRUPO D - Indenizações	
D1 - Dem.s/justa causa (Ind.Compensatória) + Contrib.Social	
D2 - Aviso prévio ind. + (13º + férias+ adic. 1/3 ind.)	
D3 - Indenização adicional	
D4 - FGTS s/ aviso prévio indeniz. + 13º indeniz.	
Total do GRUPO D	
GRUPO E - Incidência Cumulativa	

E1 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO B	
E2 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO C	
E3 - Incid. Cum. GRUPO A X GRUPO TCP	
E4 - Incid. Cum. GRUPO C X GRUPO B	
E5 - Incid. Cum. GRUPO A X (GRUPO C X GRUPO B)	
E6 - Incid. Cum. GRUPO D X ( GRUPO B + TCP)	
Total do GRUPO E	
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS	

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) Os itens integrantes da Planilha de Custos e Formação de Preços não são critérios de adjudicação do certame licitatório. Estes itens integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto à formação do valor dos serviços a serem contratados.
- 2) Custos diretos referem-se aos custos necessários à disponibilização dos serviços que serão prestados e representam todo o gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado de forma a poder ser diretamente apropriado, como custo de fase específica do serviço.
- 3) Para efeito de cálculo, integram o custo direto: a mão-de-obra (remuneração, reserva técnica, encargos sociais), bem como os insumos (uniformes, vale-alimentação, vale-transporte, seguro de vida, equipamentos, treinamento/reciclagem de pessoal, e demais benefícios que efetivamente forem oferecidos aos empregados).
- 4) As despesas administrativas/operacionais deverão incidir sobre o total da mão-de-obra+insumos e o percentual referente ao lucro, por sua vez, será aplicado sobre o total de mão-de-obra+insumos+despesas administrativas/operacionais.
- 5) Havendo, a suspeita de que o primeiro classificado no certame licitatório tenha apresentado preços inexequíveis, poderá a Administração, a qualquer momento, questionar os valores contidos nas rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme preconiza o § 3º, do Art. 43, da Lei n.º 8.666/93.
- 6) Ao preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços, a empresa o faz tendo em vista melhor informar à Administração quais são seus custos, assumindo desta forma total responsabilidade pelo ali contido, inclusive no tocante às falhas que porventura a mesma venha a apresentar. Diante disto, deverá a empresa contratada promover a correção das possíveis falhas existentes, adequando os demais itens constantes da planilha, de forma que o preço final não se altere, haja vista que foi em função deste que ela sagrou-se vencedora do certame licitatório.

**ANEXO III**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

**Rio de Janeiro, de 2009.**

---

Carimbo e assinatura do representante legal da licitante

---

Razão Social da licitante e CNPJ

**ANEXO IV**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009**

**ATESTADO DE VISTORIA**

Atesto que o Sr. \_\_\_\_\_, portador da  
carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, emitido pelo \_\_\_\_\_, representando a  
empresa \_\_\_\_\_ visitou as instalações que serão  
submetidas aos serviços objetos do presente Pregão.

Rio de janeiro \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

---

representante CVM

## **ANEXO V**

### **PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2009-525**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2009**

## **TERMO DE REFERÊNCIA – PROJETO BÁSICO**

### **1. OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de sonorização, gravação de som, transcrição datilográfica e filmagem para a sede da CVM no Rio de Janeiro e nas Superintendências Regionais em São Paulo e Brasília.

### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

#### **Motivação/objetivos:**

As tarefas de gravação e transcrição de sessões de julgamentos não são realizadas pelo corpo de servidores da CVM. Ressalte-se que não se trata apenas de gravar uma sessão pública. A atividade consiste em gravar a sessão (ou evento), transcrevê-lo e encaminhar à CVM mídias com áudio e texto. O mesmo é utilizado, principalmente para registro de sessões de julgamento da autarquia, mas pode ser requisitada para gravação de palestras e/ou eventos. A empresa responsável deve dispor, ainda, de equipamentos próprios e ser responsável pela montagem, manuseio e desmontagem dos mesmos nos dias e horários previamente agendados.

#### **Benefícios:**

Com o fiel registro das sessões de julgamento, a CVM elabora atas e os votos dos Diretores com maior segurança e embasamento. Não raro a transcrição é utilizada para preparar votos dos Diretores. Os fidedignos registros dos julgamentos da CVM ficariam prejudicados sem essa atividade. A segurança desses registros beneficia não somente a CVM mas também os Administrados. Ressalte-se que muitos dos julgamentos da CVM possuem pluralidade de acusados e que o voto do relator, em muitos casos é proferido em documento com dezenas de páginas, ficando assim, registrada toda a leitura dos votos, não apenas do relator mas também dos demais diretores e da conclusão do julgamento.

### **3. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**

#### **Item 1:**

##### **Sonorização, Gravação de Som e Transcrição datilográfica:**

Valor Estimado por dia (Sonorização e Gravação) e por hora (Transcrição): R\$ 2.071,61

Quantidade estimada de eventos por ano: 50

Valor total: **R\$ 103.580,56**

#### **Item 2:**

##### **Gravação de imagem (filmagem):**

Valor Estimado por dia: R\$ 1.225,00

Quantidade estimada de eventos por ano: 10

Valor total: **R\$ 12.250,00**

**VALOR ANUAL TOTAL: R\$ 103.580,56+ R\$ 12.250,00 = R\$ 115.830,56 (Cento e quinze mil e oitocentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos)**